

MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2023**



Agente de Contratos

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: AGENTE DE CONTRATOS

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **13**.

Superexposição de crianças e adolescentes e a hipersexualização de influenciadores mirins nas plataformas digitais

A sociedade contemporânea perpassou por diversas mudanças no contexto social, econômico, cultural e, sobretudo, tecnológico, as quais ensejaram o surgimento do fenômeno da hiperconexão e do hiperconsumo, que, por conseguinte, permitiram o incremento de um novo paradigma tecnológico digital.

Com o advento das plataformas digitais – *Facebook, Instagram, Youtube* e *Tik Tok*, dentre outras – se alterou profundamente os padrões de comunicações previamente estabelecidos, permitindo-se que as referidas mídias sociais se transformassem em *lócus*, para a implementação de uma comunicação interindividual e transfronteiriça, possibilitando assim a difusão de conteúdo de forma célere e simplificada, e, afetando, intensamente, a vida dos indivíduos em sociedade e o mercado de consumo, que diante dos avanços tecnológicos se transforma em um mercado de consumo digital.

Nesse cenário, surgem personalidades digitais denominadas de digital *influencers* ou influenciadores digitais, os quais passaram a produzir conteúdo temático em diversas áreas (entretenimento, moda, medicina, jurídico, *pets, games, lifestyle*, finanças, dentre outros) e a realizar atividade publicitária para marcas, produtos ou serviços nas redes sociais.

A atuação dos influenciadores digitais, na última década, remodelou os padrões de comunicação, informação, opinião, comportamento e, especificamente, hábitos de consumo de seu público-alvo (seguidores-consumidores) no ambiente digital.

Dentre os diversos nichos de atuação dos *influencers*, assume especial destaque, o segmento dos influenciadores mirins, o qual atrai significativo contingente do público infanto-juvenil, na qualidade de seguidores dessas *webcelebridades*, no âmbito das plataformas digitais.

Com efeito, a fama, prestígio e rentabilidade econômica em se tornar um influenciador digital é um grande atrativo para inúmeras crianças e adolescentes, de modo que “ser um *youtuber* mirim de sucesso é um negócio bastante promissor, e isso se constata pelo comportamento da família diante da atividade desenvolvida pelos pequenos”. Logo, não é incomum que os pais invistam na carreira digital de seus filhos, os quais, por vezes, se tornam a principal fonte de renda do núcleo familiar.

Os influenciadores mirins se apresentam como crianças e adolescentes, que produzem conteúdo específico para o público infantojuvenil, com o objetivo de se alcançar engajamento e contrapartidas econômicas nas mídias sociais. Muitos destes influenciadores são representados, por seus pais

ou responsáveis legais, que administram suas plataformas digitais e incentivam a produção de conteúdo reiterado e em larga escala.

Destaca-se, por oportuno, que o compartilhamento realizado, nestes termos, não é, em princípio, considerado ilegal ou imoral. O problema, contudo, reside no compartilhamento excessivo, imoderado, desarrazoado, promovido pelos responsáveis legais dos infantes, que caracteriza a prática do (*over*)*sharenting*, que se configura como um exercício abusivo (disfuncional) da autoridade parental.

Um dos casos de maior notoriedade relativamente à prática do (*over*)*sharenting* e do abuso da autoridade parental envolveu o canal do *YouTube* “*Toy Freaks*”, o qual à época da controvérsia contava com mais de oito milhões de seguidores. O referido canal publicou vídeos nos quais as crianças tinham que agir como se bebês fossem, inclusive, vestindo-as com roupas de bebês, forçando-as a mastigar e cuspir alimentos e, até mesmo, urinar nas próprias roupas. Logo, diante de inúmeras denúncias dos usuários da plataforma, o *YouTube*, em 2017, retirou o canal do ar, por violação às políticas internas de prevenção a abusos infantis.

Múltiplos são os impactos psicoemocionais advindos dessa exposição desmedida ou erotizada dos infantes, ao longo de sua vida, ensejando um processo de adultização precoce. Nesse giro, as fotos e os vídeos publicizados nas redes sociais, podem ser utilizadas de modo indevido e ilegal, como, por exemplo, por pedófilos com a finalidade de satisfazer a lascívia, pelo roubo de identidade, pela criação de memes, dentre outras situações indesejadas.

Neste íterim, crianças e adolescentes devem ser resguardados de situações que possam implicar em riscos e danos psicoemocionais, bem como que deixem pegadas digitais que impactem o livre desenvolvimento de sua personalidade ao longo da vida. Logo, os pais e responsáveis legais, devem se abster de publicar, ou mesmo consentir que os infantes publiquem, conteúdos que ensejem à hipersexualização, posto que tais condutas configuram o exercício abusivo da autoridade parental.

Por fim, salienta-se, ainda, que inexistem regramentos legislativos e jurídicos específicos para o tratamento da controvérsia relacionada à superexposição e a hipersexualização de crianças e adolescentes no Brasil. A despeito disso, as disposições previstas na Constituição da República de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente preconizam a primazia do melhor interesse das crianças e adolescentes, dos seus direitos fundamentais e da sua proteção integral, bem como o respeito a dignidade humana dos infantes, como pilares essenciais a serem observados pelos pais/responsáveis legais, pelas plataformas digitais, pelo Estado e por toda a sociedade, com a finalidade de se garantir a adequada tutela de crianças e adolescentes no ambiente digital.

(*Caio César do Nascimento Barbosa, Glayder Daywerth Pereira Guimarães e Michael César Silva. Disponível em:*

<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-responsabilidade-civil/385461/superexposicao-de-criancas-e-a-hipersexualizacao-de-influenciadores>. Acesso em: 27/04/2023. Adaptado.)

Questão 01

Considerando as ideias expressas no texto e as características de sua tipologia textual, assinale a afirmativa correta.

- A) A partir da exposição de argumentos pode-se concluir que a prática da comunicação por meio digital é uma realidade que confronta necessidades e excessos.
- B) Em momento algum a argumentação apresentada permite ao leitor estabelecer vínculos com a ideia de que a exposição a conteúdo da *internet* seja prejudicial.
- C) A exposição de conhecimentos de características científicas relacionados ao universo digital denota o caráter principalmente de divulgação científica do texto apresentado.
- D) Embora a tipologia apresentada seja argumentativa, não há um ponto de vista definido, mas sim diferentes posicionamentos estabelecidos em relação ao assunto tratado de modo que cada coautor apresenta sua tese acerca do tema desenvolvido.

Questão 02

Em “**Superexposição de crianças e adolescentes e a hipersexualização**”, os termos grifados indicam significados que se aproximam em referência a:

- A) Excesso.
- B) Elevação.
- C) Imponência.
- D) Superioridade.

Questão 03

Atendendo às normas da ortografia oficial vigente da língua portuguesa, os termos destacados em “**Superexposição de crianças e adolescentes e a hipersexualização**” dispensam corretamente o emprego do hífen; o mesmo não ocorre com os vocábulos

- A) hiperacústico; hiperagudeza; e, hiperalgia.
- B) supersalário; superaquedado; e, superbactéria.
- C) superhabilidade; superesfriado; e, superhomem.
- D) superpovoamento; superpromoção; e, superproteção.

Questão 04

Reconhecendo o emprego de argumentos textuais para o desenvolvimento do texto, assinale a afirmativa correta.

- A) O texto possui como foco argumentativo a implementação e o crescimento das plataformas digitais na sociedade contemporânea.
- B) Infere-se que o autor defende que as práticas relacionadas ao uso da rede e tecnologia digitais tenham configurações específicas no que diz a limites a serem observados e praticados.
- C) A partir dos elementos empregados no texto, pode-se afirmar que o gênero opinativo ocupa a posição de maior prestígio social no que diz respeito à classificação dos gêneros textuais presentes na atualidade.
- D) De acordo com o autor, as mudanças vividas pela sociedade não só provocaram e aceleraram o avanço da ciência por meio da tecnologia, como também permitiram a todo cidadão o acesso garantido a esta nova tecnologia.

Questão 05

“A sociedade contemporânea perpassou por diversas mudanças no contexto social, econômico, cultural e, sobretudo, tecnológico, as quais ensejaram o surgimento do fenômeno da hiperconexão e do hiperconsumo, que, por conseguinte, permitiram o incremento de um novo paradigma tecnológico digital.” (1º§) A reescrita do trecho anterior, cujo sentido original e correção gramatical foram preservados está corretamente indicada em:

- A) “Mudanças no contexto da sociedade que envolvem desde economia, cultura à tecnologia as quais ensejaram o surgimento do fenômeno da hiperconexão e do hiperconsumo, permitindo o incremento de um novo paradigma tecnológico digital.”
- B) “Acerca das diversas mudanças no contexto social, pela qual passou a sociedade; é possível reconhecer o surgimento do fenômeno da hiperconexão e do hiperconsumo, que, por conseguinte, permitiram o incremento de um novo paradigma tecnológico digital.”
- C) “A sociedade contemporânea perpassou por diversas mudanças no contexto social: econômico, cultural e, sobretudo, tecnológico; elas ensejaram o surgimento do fenômeno da conexão de forma ilimitada, que, por conseguinte, permitiram o incremento de um novo paradigma tecnológico digital.”
- D) “Diversas mudanças no contexto social, econômico, cultural e, principalmente, tecnológico são uma realidade vivida pela sociedade contemporânea; tais mudanças ensejaram o surgimento do fenômeno da hiperconexão e do hiperconsumo, que, por conseguinte, permitiram o incremento de um novo paradigma tecnológico digital.”

Questão 06

De acordo com o contexto em que estão inseridos, assinale, a seguir, o vocábulo destacado, cujo significado está corretamente indicado:

- A) “[...] permitiram o incremento [...]” (1º§) / encômio
- B) “[...] de forma célere e simplificada, [...]” (2º§) / notável
- C) “[...] as quais ensejaram o surgimento [...]” (1º§) / possibilitaram
- D) “Com o advento das plataformas digitais [...]” (2º§) / crescimento

Questão 07

No período “A sociedade contemporânea perpassou por diversas mudanças no contexto social, econômico, cultural e, sobretudo, tecnológico, as quais ensejaram o surgimento do fenômeno da hiperconexão e do hiperconsumo, que, por conseguinte, permitiram o incremento de um novo paradigma tecnológico digital.” (1º§), o vocábulo “que”:

- A) Liga orações sintaticamente dependentes.
- B) Desempenha a função sintática de sujeito na oração em que se insere.
- C) Estabelece ligação entre duas orações em uma relação explicativa entre elas.
- D) Pode ser identificado como pronome adjetivo já que acompanha o substantivo “hiperconsumo”.

Questão 08

Conforme as informações e ideias apresentadas no texto, assinale a afirmativa correta.

- A) A capacidade de agir contrariamente ao comportamento imposto e exigido pela sociedade atual a crianças e adolescentes é possibilitado aos pais ou familiares próximos pelos órgãos e autoridades responsáveis da sociedade civil.
- B) A necessidade de regramento diante das práticas em redes sociais é uma questão trazida ao debate principalmente quando ocorre o envolvimento de crianças e adolescentes ainda que os mesmos sejam estimulados por adultos e/ou responsáveis.
- C) Fatores econômicos e de poder são motivadores e estão diretamente relacionados ao fenômeno do surgimento de influenciadores digitais quando se trata de crianças e adolescentes, cuja necessidade de obtenção dos rendimentos advindos de tal atividade se faz real.
- D) O surgimento de atores – influenciadores – no cenário digital trouxe a possibilidade de mudanças de comportamento, incluindo alteração nos padrões de comunicação e linguagem, que extrapolam o ambiente virtual atingindo um maior nível de prestígio social até mesmo nos ambientes que outrora eram dominados pela linguagem formal.

Questão 09

Considerando os mecanismos de coesão textual empregados no texto apresentado, indique a relação correta estabelecida entre o referente e o referenciado.

- A) O vocábulo destacado em “*dentre outras*” (2º§) tem como principal finalidade conferir destaque e ênfase à expressão “*plataformas digitais*”.
- B) A expressão destacada em “[...] *os quais passaram a produzir conteúdo* [...]” (3º§) gera a manutenção de informação introduzida anteriormente “*influenciadores digitais*”.
- C) Em “[...] *que diante dos avanços tecnológicos se transforma em um mercado de consumo digital*.” (2º§), o termo destacado equivale a “*sociedade e mercado de consumo*”.
- D) A expressão destacada em “*Nesse cenário, surgem personalidades digitais denominadas de digital influencers ou influenciadores digitais* [...]” (3º§) tem como referente “*plataformas digitais*”.

Questão 10

O emprego do acento indicativo de crase em “*Um dos casos de maior notoriedade relativamente à prática do (over)sharing e do abuso da autoridade parental* [...]” (9º§) considera-se:

- A) Facultativo, caso “*à prática*” fosse substituído por “*à práticas*”.
- B) Obrigatório, caso “*à prática*” fosse substituído por “*à práticas*”.
- C) Facultativo, considerando a presença de termos masculinos como complementos.
- D) Obrigatório, considerando a exigência da regência observada e o emprego do artigo feminino.

Questão 11

“*Com efeito, a fama, prestígio e rentabilidade econômica em se tornar um influenciador digital é um grande atrativo para inúmeras crianças e adolescentes, de modo que ‘ser um youtuber mirim de sucesso é um negócio bastante promissor, e isso se constata pelo comportamento da família diante da atividade desenvolvida pelos pequenos’. Logo, não é incomum que os pais invistam na carreira digital de seus filhos, os quais, por vezes, se tornam a principal fonte de renda do núcleo familiar.*” (6º§) Para que os efeitos de sentido de uma ideia em relação a outra sejam mantidos, é possível substituir as expressões destacadas no trecho anterior por, respectivamente:

- A) Mas também; então.
- B) Todavia; por mais que.
- C) De fato; por conseguinte.
- D) Consequentemente; portanto.

Questão 12

Segundo com as estratégias argumentativas empregadas no desenvolvimento do texto, pode-se afirmar que:

- A) A referência feita, de forma explícita, a algumas plataformas digitais mostra-se como um importante recurso de argumentação denominado citação.
- B) No 9º§ do texto, é utilizado como recurso de argumentação um pressuposto de exemplificação, que tem como finalidade sustentar a tese apresentada.
- C) O formato da apresentação e organização de ideias no desenvolvimento textual é um dos recursos mais utilizados como argumento para a defesa da tese do autor.
- D) O enunciado “*Logo, os pais e responsáveis legais, devem se abster de publicar* [...]” (11º§) caracteriza-se como argumento à medida que apresenta caráter persuasivo acerca do tema tratado.

Questão 13

Conforme com o apresentado no texto, é correto inferir que em relação à tecnologia digital e plataformas digitais o posicionamento dos autores demonstra o objetivo, principalmente, de:

- A) Evidenciar as sequelas causadas por seu uso indiscriminado na vida de crianças e adolescentes.
- B) Confrontar criadores de plataformas e conteúdos digitais sobre a produção e aplicação de seu trabalho.
- C) Alertar quanto à determinada forma de uso das plataformas digitais em relação a um segmento específico da sociedade.
- D) Assegurar o cumprimento das normas e leis já existentes de proteção à criança e ao adolescente previstos na Constituição brasileira.

Questão 14

Dentre os documentos mais usuais da Redação Oficial está o ofício; de acordo com as características que o constituem, está correto o que se afirma em:

- A) O ofício não deve apresentar anexo.
- B) Trata-se de petição dirigida, exclusivamente, a uma autoridade.
- C) O ofício é uma correspondência interna utilizada apenas entre órgãos públicos.
- D) Caracteriza-se como texto composto de introdução, desenvolvimento e conclusão; não havendo um número determinado para os parágrafos.

Questão 15

Dentre os aspectos gerais da Redação Oficial, pode-se citar:

- I. Uso do padrão culto da língua em quaisquer situações.
- II. Formalidade em relação a aspectos gramaticais e de polidez.
- III. Interferência da individualidade, garantindo posicionamento claro e objetivo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Sobre o funcionamento da Câmara Municipal, a Lei Orgânica do Município de Santana da Vargem-MG prevê que a primeira reunião a ser realizada no ano seguinte às eleições, destinada à posse dos Vereadores, será realizada no dia 1º de janeiro, sendo denominada:

- A) Inaugural.
- B) Instalatória.
- C) Preparatória.
- D) Convocatória.

Questão 17

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santana da Vargem-MG, em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância do cargo, assumirá a Administração municipal:

- A) O Presidente da Câmara Municipal, que não poderá recusar assumir o cargo.
- B) O Vereador mais votado nas eleições, que não poderá recusar assumir o cargo.
- C) O Vereador mais votado pela Câmara, que assumirá, automaticamente, a função de dirigente do Legislativo.
- D) O Presidente da Câmara Municipal, que, em caso de recusa em assumir o cargo, renunciará, automaticamente, a função de dirigente do Legislativo.

Questão 18

Ao servidor público do município de Santana da Vargem-MG em exercício de mandato eletivo, aplicar-se-á, EXCETO:

- A) Em se tratando de mandato eletivo federal, ficará afastado do cargo.
- B) Em se tratando de mandato eletivo estadual, havendo compatibilidade de horários perceberá as vantagens de seu cargo.
- C) Investido no mandato de Prefeito do Município de Santana da Vargem-MG, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- D) Investido no mandato de Vereador, não havendo compatibilidade de horários, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Questão 19

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santana da Vargem-MG, compete ao município instituir imposto sobre:

- A) Propriedade de veículos automotores.
- B) Transmissão *causa mortis* e doação, de bem ou direito.
- C) Transmissão *inter-vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- D) Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Questão 20

A Câmara Municipal declarará vago o cargo de Prefeito quando, EXCETO:

- A) Ocorrer a renúncia do prefeito.
- B) Ocorrer o falecimento do prefeito.
- C) Deixar de tomar posse dentro de dez dias, sem motivo justo, aceito pela câmara.
- D) Ausentar-se do município, quando no exercício do cargo, sem licença da câmara, por mais de dez dias.

Questão 21

Clara ocupa um cargo em comissão de direção na Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, cargo este, de livre nomeação e exoneração. De acordo com a Lei Complementar nº 22/2022, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem-MG, as atribuições de um cargo de direção são:

- A) Aquelas que se caracterizam pelo suporte direto à chefia e aos agentes públicos.
- B) Aquelas atreladas às funções de comando, liderança e de gerenciamento de pessoas.
- C) Aquelas atreladas a atividades que garantam que as ordens da chefia sejam efetivamente cumpridas.
- D) Aquelas que determinam como e de que forma determinado órgão atuará para atingir a sua finalidade.

Questão 22

Dentre as formas de movimentação de pessoal previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem-MG temos a remoção, que se constitui:

- A) Pelo retorno ao cargo de origem em razão da inabilitação em estágio probatório relativo a um novo cargo.
- B) Pelo deslocamento de cargo de provimento efetivo no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo poder, observando o interesse da administração.
- C) Pelo deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, para desempenhar as atribuições previstas em seu cargo em outra unidade do mesmo quadro de pessoal, com ou sem mudança de sede.
- D) Pela movimentação do servidor para ter exercício, por prazo determinado, em órgão ou entidade diversa do quadro em que se encontrar lotado seu cargo, observada a conveniência do serviço.

Questão 23

Sobre a exoneração de ofício, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem-MG, é correto afirmar, EXCETO:

- A) Surtirá efeito a partir da data do pedido de exoneração.
- B) Ocorrerá quando não forem satisfeitas as condições do estágio probatório.
- C) Ocorrerá quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- D) Surtirá efeito a partir da data de publicação do ato no site oficial ou diário oficial, o que ocorrer primeiro.

Questão 24

Em hipotética situação, o município de Santana da Vargem-MG é assolado por fortes chuvas, causadoras de inundações e desabamentos. Dezenas de famílias, desalojadas, foram acolhidas pela Prefeitura Municipal no Ginásio Central da cidade. Para manter toda a estrutura do abrigo e a prestação dos serviços assistências, os servidores da Secretaria de Ação Social foram convocados para atuar em tempo integral, em regime de escalas. Adalberto, servidor da pasta, foi convocado para atuar entre 19h e 05h. Diante da situação apresentada, Adalberto fará jus ao recebimento dos seguintes adicionais:

- A) De insalubridade, apenas.
- B) Noturno e de insalubridade.
- C) Por serviço extraordinário, apenas.
- D) Por serviço extraordinário e noturno.

Questão 25

Consoante a Lei Complementar nº 22/2022, toda a licença concedida ao servidor público municipal deverá ser realizada dentro de um processo administrativo, numerado sequencialmente e publicado, integralmente, no site oficial do órgão em até dez dias úteis, a contar de sua conclusão. Excetua-se a esta regra, bastando a publicação da decisão sobre a concessão ou não da licença

- A) paternidade.
- B) maternidade.
- C) para capacitação.
- D) para tratar de interesses particulares.

Questão 26

Ao servidor municipal estudante, regularmente matriculado em estabelecimento de ensino, será concedido, sempre que possível, horário especial de trabalho que possibilite a frequência regular às aulas, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. Sobre a concessão deste horário especial de trabalho, é correto afirmar:

- A) Do servidor não será exigida a compensação de horário na repartição.
- B) Ao final de cada semestre será exigida a apresentação de atestado de frequência às aulas.
- C) O servidor que apresentar mais de 10% de faltas no semestre perderá o direito ao horário especial de trabalho.
- D) Para requerer o horário especial de trabalho, o servidor interessado deverá apresentar, ao setor de recursos humanos, atestado fornecido pela Secretaria do Estabelecimento do Ensino, comprovando ser aluno e declarando qual o horário das aulas.

Questão 27

São consideradas proibições impostas aos servidores municipais de Santana da Vargem-MG, EXCETO:

- A) Proceder de forma desidiosa.
- B) Representar contra ilegalidade.
- C) Recusar fé a documento público.
- D) Manter cônjuge, em função gratificada, sob sua chefia imediata.

Questão 28

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem-MG estabelece como penalidades disciplinares a advertência, suspensão, demissão, disponibilidade e destituição de cargo comissionado e função de confiança. Para a aplicação de qualquer penalidade, deve haver a apuração da responsabilidade do servidor, por intermédio de procedimento próprio, e, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa. “A ação disciplinar necessária à imposição de penalidade prescreverá em _____ ano(s), quanto às infrações puníveis com _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 4 / demissão
- B) 3 / suspensão
- C) 1 / advertência
- D) 5 / disponibilidade

Questão 29

De acordo com a Lei Federal nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, constitui ato de Improbidade Administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres do Estado. São considerados atos de Improbidade Administrativa causadores de lesão ao erário, EXCETO:

- A) Permitir a aquisição de bem por preço superior ao de mercado.
- B) Utilizar, em serviço particular, bem móvel de propriedade do Estado.
- C) Frustrar a licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva.
- D) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares.

Questão 30

Sobre os atos de Improbidade Administrativa pode-se afirmar que, EXCETO:

- A) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- B) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de Improbidade Administrativa.
- C) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar danos ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- D) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

Considere que o Contador da Prefeitura Municipal de Santana da Vargem-MG esteja apurando a Receita Corrente Líquida do Município. Para que seus cálculos estejam em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser

- A) deduzidas as receitas agropecuárias e industriais.
- B) computadas as contribuições dos servidores municipais para custeio da previdência.
- C) computadas as receitas dos servidores municipais para custeio da Assistência Social.
- D) deduzidas as receitas oriundas da compensação financeira entre os regimes previdenciários.

Questão 32

Considere que o setor de Orçamento da Prefeitura Municipal de Santana da Vargem-MG esteja organizando uma cartilha para orientação dos novos servidores. Para que as informações estejam em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá constar que

- A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada a cada quatro anos.
- B) o Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- C) o Plano Plurianual de quatro anos deve coincidir com o exato período de mandato do prefeito.
- D) a Lei Orçamentária Anual substitui a Lei de Diretrizes Orçamentárias nos municípios de até dez mil habitantes.

Questão 33

Considere que o Prefeito do Município Ômega tenha sido convocado pela Câmara Municipal para esclarecimentos sobre o endividamento municipal. O Prefeito manifestou um entendimento contrário ao previsto Lei Complementar nº 101/2000. Assinale a fala que contradiz norma de Responsabilidade Fiscal.

- A) “No refinanciamento da dívida mobiliária municipal, a emissão de títulos deve compreender o valor do principal, acrescido da atualização monetária devida.”
- B) “As operações de créditos realizadas pelo município constituem compromissos financeiros assumidas nos moldes legais, inclusive com o uso de derivativos financeiros.”
- C) “Os precatórios judiciais que o município deixar de pagar no prazo, serão incluídos na execução orçamentária do ano seguinte, mas não serão computados na apuração dos limites da dívida pública.”
- D) “A dívida pública consolidada do município, também denominada de dívida fundada, abrange obrigações financeiras, assumidas nos moldes legais, para amortização em prazo maior que doze meses.”

Questão 34

Considerando as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas aplicáveis nacionalmente à execução orçamentária, o município de Santana da Vargem-MG deve adequar-se ao sistema de transparência da gestão fiscal que se dá, especialmente, por meio do:

- A) Sistema Informatizado de Contas do Município – SICOM.
- B) Sistema de Gestão de Identidade do Tribunal de Contas – SGI.
- C) Sistema Único e Estruturante de Gestão e Arrecadação de Tributos – SEGAT.
- D) Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

Questão 35

Considerando as regras de Contabilidade Pública e demais normas de Direito Financeiro aplicáveis ao município de Santana da Vargem-MG, assinale a afirmativa correta.

- A) Os recursos destinados a cobrir despesas de custeio de empresas públicas de caráter pastoral classificam-se como subvenções sociais.
- B) A dotação orçamentária destinada a aquisição de um terreno para futura construção de uma praça classifica-se como inversão financeira.
- C) A dotação orçamentária destinadas a obras de conservação e adaptação de equipamentos públicos classifica-se como subvenção econômica.
- D) Os recursos destinados a cobrir despesas de custeio de entidades privadas de caráter cultural, sem fins lucrativos classificam-se como inversões financeiras.

Questão 36

Considerando as regras da Lei nº 14.133/2021 relativa a contratos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) Na hipótese de seguro-garantia, se o contratado deixar de pagar o prêmio na data convencionada, a garantia perde o vigor.
- B) Uma das modalidades de prestação de garantia de contrato prevista na Lei de Licitações e Contratos é a caução em dinheiro.
- C) Nos contratos de fornecimento contínuo de bens e serviços e nos de execução continuada, é vedada a substituição da apólice de seguro.
- D) Um contrato que implique a entrega de bens pela administração ao contratado deverá ter o valor desses bens caucionados em dinheiro.

Questão 37

Considere que a empresa Alpha Ltda preste serviços a um município, após regular processo de licitação. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a empresa poderá requerer a extinção do contrato no caso de:

- A) Atraso de pagamento superior a trinta dias, contado da emissão da nota fiscal.
- B) Repetidas suspensões que totalizem noventa dias úteis, em caso de fato imputável ao contratado.
- C) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a três meses.
- D) Supressão do objeto, por parte da Administração, que modifique o valor do contrato em mais de dez por cento.

Questão 38

Considere que o município de Santana da Vargem-MG firme contrato para aquisição de insumos estratégicos para a Saúde com importante Fundação Estadual que atua no campo da pesquisa científica, em suporte ao Sistema Único de Saúde (SUS). Nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- A) O contrato poderá ser celebrado com vigência de até dez anos.
- B) A contratação deve ser direta, por meio de inexigibilidade de licitação.
- C) O contrato deverá ser formalizado por carta-contrato ou nota de empenho.
- D) A contratação deverá ser precedida de licitação na modalidade concorrência.

Questão 39

Considere que a empresa Beta Ltda. tenha obtido um alvará de localização expedido pelo município de Santana da Vargem-MG. Considerando o tema Noções de Atos Administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) O referido Ato Administrativo classifica-se como interno e individual e sua vigência alcança apenas a própria Administração.
- B) O referido Ato Administrativo será extinto por cassação se a empresa Beta Ltda. descumprir condição essencial de manutenção da licença.
- C) Em caso de emissão da licença (alvará de localização) sem o cumprimento das regras legais pertinentes, a Administração poderá revogá-la.
- D) A licença é Ato Administrativo discricionário pelo que, mesmo preenchendo as condições para obtê-la, o particular poderá ter o pedido negado.

Questão 40

Considere que o Prefeito do Município Sigma tenha mandado instalar um grande mural na cidade em que expõe a execução orçamentária e dá publicidade aos seus feitos com os seguintes dizeres “Obras realizadas na gestão do Prefeito Miltinho Milagres”. Referida divulgação.

- A) ofende o princípio da impessoalidade, posto que as publicidades devem ter caráter informativo, educativo ou de orientação social.
- B) coaduna-se com o princípio da eficiência, demonstrando as ações do governo municipal, mesmo que cite o nome do Prefeito Municipal.
- C) coaduna-se com o princípio da boa-fé, se comprovado que Miltinho Milagres exerce seu primeiro mandato de chefe do Poder Executivo.
- D) ofende ao princípio da transparência, pois os atos da Administração Pública, inclusive os relativos à execução orçamentária devem ser divulgados no diário oficial.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.







INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com a respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior completo (exceto Procurador Municipal); 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível Superior – Procurador Municipal; 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível Médio e Médio/Técnico; e, 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Fundamental Incompleto.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à função a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS; Controlador Interno; e, Procurador) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de Nível Fundamental Incompleto e Nível Médio; 4 (quatro) horas para os cargos de Nível Superior Completo; e, 5 (cinco) horas para o cargo de Procurador Municipal. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS, Controlador Interno e Procurador).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Prova Objetiva) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS; Controlador Interno; e, Procurador) devidamente assinados, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.